

DA MOBILIZAÇÃO TOTAL À INDÚSTRIA CULTURAL: APROXIMAÇÕES ENTRE MARCUSE E ADORNO

FROM TOTAL MOBILIZATION TO CULTURAL INDUSTRY: APPROXIMATIONS BETWEEN MARCUSE AND ADORNO

Emanuel Djaci de Oliveira Leal¹

Resumo

O presente artigo busca aproximar o conceito de indústria cultural e mobilização total, conceitos propostos por Adorno, Horkheimer e Marcuse. A aproximação é possível na medida em que ambos estão pensando em artifícios autoritários do capitalismo como resposta à crise do sistema capitalista após 1929. Ambos os conceitos trabalham a dominação íntima individual requerida pelo sistema capitalista em sua nova etapa, baseados em conquista de seu psiquismo, por meio da cultura, para a manutenção do *status quo*.

Palavras chave: Adorno; Marcuse; indústria cultural; mobilização total.

Abstract

This article seeks to approximate the concept of cultural industry and total mobilization, concepts proposed by Adorno, Horkheimer and Marcuse. The rapprochement is possible to the extent that both are thinking of authoritarian artifices of capitalism as a response to the crisis of the capitalist system after 1929. Both concepts work on the intimate individual domination required by the capitalist system in its new stage, based on the conquest of their psyche, through culture, for the maintenance of the status quo.

Key words: Adorno; Marcuse; culture industry; total mobilization.

¹ Mestre em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutorando em Filosofia pela UFRN. Email: emanueldjaci25@gmail.com

Introdução

O presente texto busca explorar um caminho aberto pelo professor Rodrigo Duarte, na primeira parte de seu artigo “Diferenças na concepção do estético em Marcuse e Adorno” (2005), no qual elabora uma aproximação entre a indústria cultural e a mobilização total. Portanto, investigaremos o conceito marcuseano de mobilização total a partir das possibilidades abertas por Rodrigo Duarte em seu artigo mencionado. A princípio, deveremos começar as investigações com Marcuse, passando por seu texto “Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura”, a partir do qual será trabalhado a origem do conceito de cultura afirmativa, para compreender melhor como o conceito de mobilização total relaciona-se à filosofia de Marcuse. O conceito é proposto para descrever um momento de ruptura com a cultura afirmativa, momento em que a sociedade não mais requer o cultivo individual separado da esfera social, entretantes, trata-se de uma requisição psíquica e corpórea dos indivíduos.

Investigaremos também, nesse momento, algumas concepções de Marcuse sobre o nacional-socialismo em seu texto “Estado e Indivíduo sob o nacional-socialismo”, pois, acreditamos serem pertinentes às discussões sobre a reorganização do capital, bem como do Estado, visto que estamos tratando do fascismo. A passagem por este escrito de Marcuse deverá corroborar com os objetivos do texto.

Em um segundo momento do texto, analisaremos o conceito de Indústria Cultural, para apontar os aspectos possíveis de aproximações entre os conceitos. Também nos deteremos tanto na *Dialética do Esclarecimento*, quanto na conferência de Adorno, intitulada “Resumé Sobre a Indústria Cultural”, para abordarmos a perspectiva da possibilidade de uma “mobilização total” na indústria cultural. E no ensaio “Cultura e Administração”, trabalharemos os aspectos culturais, transformados em mecanismos de dominação. Por fim, ao abordar o texto “Sobre o Caráter Fetichista na Música e Regressão da Audição”, tentaremos compreender o aspecto da manipulação retroativa a partir da mercadoria cultural, bem como a formação da consciência ideológica através da mercadoria.

1 - Da cultura afirmativa para a mobilização total

A ideia desse primeiro momento do texto é abordar brevemente a origem da cultura afirmativa, para melhor embasar o conceito de mobilização total. Para tanto, devemos nos deter em um breve momento nas argumentações sobre a cisão da cultura grega. A perspectiva é compreender em que aspecto há uma ruptura com a cultura afirmativa, na guinada ao período de mobilização total.

A partir da retomada ao mundo grego em seu texto “Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura”, Marcuse pretende demonstrar a origem daquilo que vem a chamar de cultura afirmativa. Nesse mundo, existia uma cisão social: alguns poucos indivíduos poderiam desfrutar dos valores de belo, bom e verdadeiro (cidadãos), enquanto, por outro lado, a grande maioria da sociedade precisava realizar trabalho para garantir as necessidades básicas de todos (escravizados). Tais valores, não eram universalmente válidos para os gregos, no sentido de que todos os indivíduos daquele coletivo poderiam desfrutá-los. Segundo Rodrigo Duarte (2005), o mundo grego não escondia a hierarquização presente, ao afirmar a existência de pessoas superiores às demais (2005, p.1). Isso se confirma com a divisão platônica das almas, no programa da *pólis* ideal; e, conseqüentemente, as incumbências designadas aos indivíduos derivadas dessa divisão, a saber, almas de ouro, prata e bronze. Conforme escreve Marcuse:

Contudo o mesmo programa pretende basear e eternizar os conflitos da sociedade de classes nas profundezas da essência humana: enquanto a maioria dos membros do Estado se volta do começo ao fim de sua existência ao triste atendimento das necessidades vitais, a fruição do verdadeiro, bom e belo é prerrogativa de uma elite restrita (MARCUSE, 1997, p. 93).

O conceito da alma, nesta argumentação, aparece para demonstrar a cisão entre o mundo material e o mundo espiritual. Ou seja, os valores gregos são restritos apenas a uma elite social: os cidadãos. Marcuse já via na cultura grega o cerne da cultura burguesa. É possível questionar que, se há uma divisão ontológica realizada por Platão, essa divisão já representava a ruptura da sociedade grega? Nesse contexto, a alma aparece como a justificativa de uma divisão ontológica de classes reais. Mas, há uma ruptura da sociedade, no sentido de que, somente aqueles considerados cidadãos poderiam desfrutar dos valores mais altos em seu tempo de ócio. Excluídos dessa perspectiva estão mulheres, escravos e estrangeiros.

Avançando alguns séculos na história, chegamos na sociedade moderna que, após a revolução burguesa, pretende tornar esses valores, tratados acima, como universalmente válidos. A realização dos valores nessa sociedade fica a cargo da cultura. A universalização da cultura diz respeito aos valores da revolução burguesa: em sua pretensão de universalidade, a classe burguesa não pode cercear os prazeres das classes trabalhadoras, assim, a cultura é tomada universalmente, isto é, todos os indivíduos podem realizar sua felicidade através da cultura. E assim, aparece a Cultura Afirmativa, ou seja, uma cultura burguesa, conforme Marcuse:

Cultura afirmativa é aquela cultura pertencente à época burguesa que no curso de seu próprio desenvolvimento levaria a distinguir e elevar o mundo espiritual anímico, nos termos de uma esfera de valores autônoma, em relação à civilização. Seu traço decisivo é a afirmação de um mundo mais valioso, universalmente obrigatório, incondicionalmente confirmado, eternamente melhor, que é essencialmente diferente do mundo de fato da luta diária pela existência [...] (MARCUSE, 1997, p. 95-6).

Há uma inversão dos valores nesse momento. Ou seja, para desfrutar do bom, belo e verdadeiro na cultura grega era preciso ser cidadão. Agora, a partir da revolução francesa, todos são cidadãos; logo, todos podem desfrutar desses valores, por meio da cultura. Mas como é possível todos desfrutarem de tais valores culturais? Somente através de uma desqualificação do mundo material em prol do mundo imaterial, o qual pertence ao reino da alma. Existe uma hierarquização na cultura burguesa, onde o corpo é a parte mais baixa desta escala (KELLNER, 2007, p. 24). Os valores desejados, impossíveis de satisfazer na realidade material ficam a cargo da cultura, dentro da sociedade civilizada. Mais especificamente: a felicidade do indivíduo depende dele mesmo, com a possibilidade de satisfazer-se através da cultura, em um espaço íntimo, completamente separado da objetividade em que se encontra.

O papel da cultura afirmativa aparece aqui como uma consolação ideológica, ou até mesmo uma confirmação de mesmo tipo: o indivíduo crê que possui em si mesmo um elemento capaz de trazer felicidade e conforto, mesmo sofrendo a miséria e barbárie da vida cotidiana; desse modo, ele deixa de questionar sua realidade material. A cultura afirmativa fornece escape à realidade material, permitindo aos indivíduos uma transcendência de seu sofrimento e luta diária (KELLNER, 2007, p. 24). Essa transcendência ao âmbito cultural, de acesso possível pela alma, permite refúgio e conforto através da entrada ao mundo artístico. Tal conforto tem um caráter ideológico, pois, na medida em que o indivíduo se satisfaz no plano imaterial, cultural, deixa de questionar-se sobre a realidade efetiva, bem como promover mudanças nessa mesma realidade.

Feitas as devidas explicações sobre como se originou a cultura burguesa, podemos agora passar ao período de mobilização total. Atingiu-se um ponto cujo a situação material se altera, assim, é necessária uma manutenção ideológica: a mobilização parcial da vida dos indivíduos que, segundo Marcuse (1997), lhes permitia uma parte reservada de suas vidas, já não é mais suficiente. Podemos entender essa parte reservada da vida do indivíduo como sua vida privada? Onde o indivíduo poderia desfrutar de seu tempo de ócio, sem necessariamente produzir valor ao consumir mercadorias culturais, sem ser afetado pela opinião pública, grosso modo, sem que alguns aspectos da vida pública e o próprio *status quo* penetrassem em seu lar.

O que Marcuse percebe e conceitua é uma mudança da mobilização parcial para a mobilização total dos indivíduos. Isso se deve a uma mudança do capital liberal para o capital monopolista. Como bem aponta o professor Rodrigo Duarte (2005), tal passagem do capital liberal para o capital de monopólio, é responsável por “mudanças profundas no âmbito cultural” (DUARTE, 2005, p. 3). Segundo Marcuse, a função da cultura permanece a mesma: a abstração da realidade, contendo ainda, um sentido ideológico como a cultura afirmativa. A mudança ocorrerá na maneira como isso será alcançado, a saber, em vias da própria realidade objetiva, sem alteração das relações de trabalho ou, simplesmente, “a identidade do conteúdo mantida sob total mudança da forma [...]” (MARCUSE, 1997, p. 123). Essa mudança da forma pode ser correlata à imposição do realismo nacional-socialista?

A mobilização total condiz com o totalitarismo, onde a dominação psicológica favorece ao controle político e organização econômica dos indivíduos “em todos os planos de sua existência” (MARCUSE, 1997, p. 123). Segundo Marcuse, “a mobilização total da época do capitalismo monopolista é incompatível com aqueles momentos progressistas da cultura [...] Começa a auto abolição da cultura afirmativa” (MARCUSE, 1997, p. 123). Para o filósofo, a Mobilização total revela-se como: “[...] a transformação de toda existência a serviço dos interesses econômicos mais poderosos” (MARCUSE, 1997, p. 126). A mobilização total, não pode mais permitir a íntima realização dos indivíduos; pois agora, esse é justamente o espaço de disputa pela ideologia vigente. Se Marcuse está pensando nesse momento de mobilização total, relacionado aos movimentos nazifascistas, então, é possível buscar algum auxílio na visão de Marcuse sobre o que o filósofo entende acerca do papel do Estado? Para corroborar a compreensão, recorreremos mais uma vez a Kellner para uma explicação sobre a visão de Marcuse de tais fenômenos:

Para Marcuse e Neumann, o nacional-socialismo põe de lado o papel da lei e a separação dos poderes, que eram a forma característica do Estado liberal moderno. Seus cliques dominantes rejeitam as formas de democracia parlamentar e usam uma combinação de força e ideologia para manter as massas na linha. O próprio Estado, portanto, não é ‘totalitário’; é antes o partido nazista que procura controlar a vida política, social e cultural, deixando, no entanto, a propriedade dos meios de produção nas mãos da classe capitalista (KELLNER, 1999, p. 32).

O que está em jogo nessa argumentação referente ao papel do Estado, é a utilização deste como um mero instrumento para garantir a manipulação e o lucro. Por outro lado, os indivíduos são vítimas de um partido que busca um controle psicológico sobre suas vidas, para sua adequação nos aspectos político, social e cultural. Podemos pensar que o conceito de mobilização total é utilizado em referência ao totalitarismo, valendo-se da submissão da cultura

à dominação voltada para um controle político e econômico dos indivíduos, exercido pelo partido no controle do Estado? Uma mobilização total, de todas as existências, baseada em um domínio ideológico cultural, responsável por manter a massa sob controle intuindo a manutenção de uma situação de exploração econômica. Sob essa ótica, a individualidade é modificada. Na busca pela satisfação de suas necessidades, o indivíduo é atirado a um estado onde reina o “instinto de autopreservação” e “reduzido a esse instinto bruto e abstrato de autopreservação que é igual em todos, são facilmente impelidos para as massas [...]” (MARCUSE, 1999, p. 122-3). Mas de que modo isso é possível?

Para responder a essa questão, será feito um breve tensionamento entre a mobilização total e a arte nacional-socialista, pois, se a mobilização total é pensada diante de regimes totalitários e, esses regimes, por sua vez, exercem controle sobre a população mediada pelo partido; então, é possível pensar que o papel da arte no nacional-socialismo está a favor da mobilização total? A passagem para o momento de mobilização total insere o indivíduo em uma coletividade abstrata, cuja principal ideia é herança sanguínea (MARCUSE, 1997, p. 123). Alguns anos mais tarde, Marcuse escreve sobre a função designada à arte no regime nacional-socialista, tendo papel na gratificação pulsional do indivíduo. Nas palavras do filósofo:

[...] a arte nacional-socialista [...] se amolda perfeitamente ao aparato modernizado de controle e opressão. A suavidade e o fascínio desta beleza absorvem toda discordância e desarmonia e seu caráter explícito estimula os instintos que o regime quer que sejam estimulados [...] (MARCUSE, 1999, p. 135).

A exibição de corpos nus através do realismo nacional-socialista, em conjunto com a política de estímulo à reprodução, para o crescimento da “raça ariana” está em total harmonia com a mobilização total dos indivíduos. Pois agora o partido adentra em sua morada, exercendo controle e impondo a competição até mesmo à “vida sexual”, outrora relegado ao aspecto privado da vida individual, entretanto, sob o regime autoritário, as relações sexuais tornam-se “uma questão de treinamento e manipulação políticos” (MARCUSE, 1999, p. 128). Podemos pensar, nesse momento, que o regime busca liberar impulsos eróticos para dentro do grupo nacional-socialista, enquanto para os “inimigos” do regime, são destinados impulsos de morte²?

Sob a ótica de um caráter funcional da arte, Marcuse percebe que esta é posta a serviço do partido para uma total adesão dos indivíduos ao regime, em um nível de captura pulsional.

² Cf. Adorno (2015) “O *ganho* narcísico fornecido pela propaganda fascista é óbvio. Ela sugere continuamente, e algumas vezes de forma maliciosa, que o seguidor, simplesmente por pertencer ao *in-group*, é melhor, superior e mais puro que aqueles que são excluídos. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de crítica ou de autoconsciência é ressentida como uma perda narcísica e incita fúria [...] Concomitantemente, a concentração de hostilidade sobre o *out-group* elimina a intolerância do próprio grupo” (ADORNO, 2015, p. 177).

A gratificação permitida aos indivíduos submetidos é a mesma permitida às suas milícias, ao liberar impulsos agressivos, pois, “apela para os mesmos instintos que também podem ser satisfeitos pela tortura dos fracos e desvalidos” (MARCUSE, 1999, p. 135). De acordo com Kellner (1999), Marcuse “antecipa o conceito posterior [...] de ‘dessublimação repressiva’, no qual a gratificação pulsional liga o indivíduo mais intensamente à ordem repressiva” (KELLNER, 1999, p. 35). A dessublimação repressiva pode ser trabalhada como um desdobramento da mobilização total?

Mas aqui, além da gratificação e adesão ao *status quo* pelo sexo administrado, o partido “libera forças de agressão, impulsos eróticos dessublimados e vários impulsos sadomasoquistas” (KELLNER, 1999, p. 35). O terceiro *reich* coagiu até mesmo as relações sexuais, que assumiram caráter de “serviços públicos competitivos” (MARCUSE, 1999, p. 128). Não pretendemos debater o conceito de dessublimação repressiva³, mas, apontar que o enviesamento artístico, em conjunto com o afrouxamento dos tabus sexuais, permitiu aos indivíduos uma submissão gratificante ao regime.

A arte da cultura afirmativa residia em museus, ficava exposta em um espaço capaz de distinguir-se da realidade dada; assim, ao frequentar o museu, havia ainda alguma possibilidade de o indivíduo distanciar-se da realidade, ou de a arte do museu “reproduzir no indivíduo simultaneamente o distanciamento dos fatos” (MARCUSE, 1997, p. 129). Sob o regime nacional-socialista, a arte explícita passa a fazer parte do cotidiano dos indivíduos. O regime precisa manter as pulsões dos indivíduos em coordenação com seus planos, assim, a arte passa a ser incorporada, “nos clássicos salões de baile e nas fábricas, máquinas e uniformes [...]” (MARCUSE, 1999, p. 131). O papel da arte exposta em todos os espaços frequentados pelas massas servia tanto para o camponês, quanto para o empresário; para mantê-los em coesão. Agora, os indivíduos não fogem da realidade dada por meio da arte afirmativa, mas são levados a crer em uma realidade capaz de prover suas necessidades, uma realidade que afirma sua superioridade perante os demais; isso, se estiverem submetidos ao tratamento do regime.

³ Cf. Crochik, “No capitalismo concorrencial, o Ego elaborava os desejos do id e os submetia à apreciação do superego e à realidade externa; a sublimação tinha importante papel na constituição do indivíduo e da cultura. No capitalismo dos monopólios, em contraste, o controle dá-se diretamente sobre a consciência, através da liberação dos instintos, ou seja, a repressão se dá pela liberdade instintiva, naquilo que Marcuse denominou ‘dessublimação repressiva’. Com esta modificação, Eros, o construtor da cultura transforma-se em sexualidade submetida aos valores do mercado. Se o indivíduo autônomo tinha difícil existência no capitalismo liberal, agora, a questão da autonomia não é mais colocada, e a Indústria Cultural e os especialistas dão os modelos a serem imitados” (1990, p.142).

2 - Da mobilização total à indústria cultural

Como vimos, o conceito marcuseano de mobilização total está em direta relação com a apropriação de todos os campos da vida do indivíduo em favor de um regime totalitário. Se o conceito é pensado para descrever regimes totalitários e a adesão forçosa das massas, como é possível apontar a relação com a indústria cultural? Podemos pensar aqui, alguns aspectos que são possíveis de relação, os quais vão servir para nortear as perspectivas de relação entre os filósofos; referimo-nos aqui à noção da dimensão ideológica indistinguível da dimensão social, essa, posta a serviço da indústria cultural. Tal noção, nos leva a uma total mobilização e adequação dos indivíduos com a sociedade em curso. A partir de agora, veremos como isso ocorre.

O conceito de indústria cultural em Adorno e Horkheimer é pensado a partir do “reposicionamento dos bens culturais criados numa época de ‘mobilização parcial’ e o surgimento de outros já concebidos para o momento de ‘mobilização total’” (DUARTE, 2005, p. 4). O surgimento de outros bens culturais condiz com o aspecto industrial, da indústria cultural. O conceito é pensado diante da íntima relação estabelecida entre as esferas econômica e cultural, ou seja, a crescente monopolização do capital, necessariamente, “torna inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100). Nesse curso, o problema relaciona-se ao caráter técnico envolvido principalmente na distribuição dos bens de consumo.

Esse caráter técnico apontado, “diz respeito à padronização da própria coisa [...] e à racionalização das técnicas de distribuição” (ADORNO, 2021, p. 112). Em outras palavras, pode ser dito como, entregar os tipos de mercadorias correspondentes ao desejo dos consumidores. Isso, pois há ocorrência de uma manipulação retroativa das necessidades. A produção e o consumo são esferas equivalentes; nesse curso, se há produção, então também há o consumo. Mas sob a indústria cultural, a produção é pensada diretamente para aqueles destinados como consumidores; são produtos especificamente calculados para satisfazer necessidades específicas de consumidores iguais. Nas palavras de Adorno, “Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100). Destarte, a indústria cultural é um sistema responsável por suprir as necessidades dos consumidores, as quais são impostas por ela mesma.

Diante disso, “o cliente não é soberano” (ADORNO, 2021, p. 110), como a indústria os faz crer. Na verdade, o que a indústria cultural busca é, “atender, simultaneamente, la demanda de entretenimiento de las masas e imponer determinados patrones, tanto de consumo como de

comportamiento moral y político” (DUARTE, 2011, p. 92). Por esse motivo, ao consumirem aquilo que querem, as massas compõem “a ideologia da indústria cultural, do mesmo modo que esta dificilmente poderia existir se não se adaptasse às massas” (ADORNO, 2021, p. 110). Ou seja, ao consumirem os bens produzidos pela indústria cultural, as massas são inculcadas de comportamentos de consumo, moral e políticos. Para consumir os bens padronizados, seus consumidores são levados à conformidade e passividade diante do que é apresentado a eles. Podemos entender isso, em termos de uma “conformidade geral e desprovida de crítica” (ADORNO, 2021, p. 112). Aqui, então, há possibilidade de relacionar o caráter técnico da indústria cultural com a mobilização total, tendo em vista que “a racionalidade técnica invade todas as esferas da vida humana” (CANIATO; RODRIGUES, 2012, p. 233). A racionalidade que busca o lucro é invasiva; adentra ao último espaço particular, através dos meios de comunicação de massa.

Por outro lado, o aspecto cultural estaria em direta oposição ao termo “indústria”. O aspecto essencial da cultura encontra-se em sua distinção da esfera da sociedade. Seria o espaço onde o indivíduo poderia reconhecer a si mesmo, enquanto tal; em uma diferenciação da sociedade na qual se encontra. Adorno a descreve como: “Aquilo que há de mais alto e puro; [...] que não foi modelado por quaisquer critérios técnicos ou práticos” (ADORNO, 2020(A2), p. 242). Na passagem do capital liberal para o capital de monopólio, houve a sujeição da cultura às leis do mercado. O que ocorre, sob o domínio da indústria cultural, é uma cultura cada vez mais administrada. A administração pode ser “entendida como mera forma de dominação” (ADORNO, 2020(A2), p. 245). Destarte, a administração “externa ao administrado, subsume-o em vez de apreendê-lo” (ADORNO, 2020(A2), p. 248). Ou seja, a cultura é englobada pela racionalidade tecnológica, que tudo administra; responsável pela dominação da cultura para dar cabo à dominação dos sujeitos. Os sujeitos são submetidos de forma padronizada, de acordo com os padrões de consumo aos quais eles devem corresponder. Os indivíduos são socializados, nessa cultura do monopólio, através dos padrões da Indústria Cultural⁴. Uma socialização imposta hierarquicamente às massas.

Quanto às mercadorias culturais, há aqui alguns aspectos que precisamos abordar, antes de concluir o texto. O primeiro deles é referente ao aspecto fetichista, que se apresenta em todas as mercadorias culturais. Em Marx (2017), as mercadorias assumem um caráter místico, o qual ele denomina fetichismo da mercadoria. Ele é responsável por obnubilar todos os “caracteres

⁴ Cf. Crochik, “Para a formação do ego e superego, a presença da família é importante, mas como as alterações econômicas e sociais a família modifica as suas funções, entre elas, a de socialização. Com estas modificações, a mediação que a família fazia entre o todo e a subjetividade é enfraquecida” (CROCHIK, 1990, p. 150).

sociais de seu próprio trabalho” (MARX, 2017, p. 147). Apresenta-se aos seres humanos como uma coisa feita por si mesma. Adorno, ao tratar do caráter mercantil imposto à cultura - no limiar, as obras de arte - percebe que, “o fim absorveu o reino da falta de finalidade” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 130). À arte nunca foi negado o caráter de mercadoria; mas, uma mercadoria que cumpria um aspecto de inutilidade. Ou seja, cumpria seu papel enquanto valor de uso, no sentido de suprir as necessidades do “estômago ou da imaginação” (MARX, 2017, p. 113). O caso da arte é relegado ao segundo aspecto. As mercadorias culturais apresentavam-se ao mercado enquanto imediatas, a saber, passíveis a uma satisfação imediata de seu valor de uso por quem as adquiriu, como se aquele que a adquiriu houvesse produzido. Ou seja, “o puro valor de uso, [...] é substituído pelo puro valor de troca, que precisamente na sua qualidade de troca assume por trapaça o valor de uso” (ADORNO, 2020 (A1), p. 68). Se oculta assim, toda relação de exploração sob a qual a mercadoria foi produzida.

Por outro lado, Adorno observa o problema do fetichismo com maior intensidade que Marx, justamente por estar inserido em uma sociedade que produz bens culturais em massa e, de maneira padronizada. Sob o domínio da indústria cultural, a arte não se apresenta mais como uma mercadoria inútil, capaz de suprir os desejos da fantasia; mas somente como mercadoria. Agora, o que ocorre é o fetiche inerente ao valor de troca, ou seja, a mercadoria não tem mais valor de uso; este desapareceu sob o valor de troca. Ela é desfrutada somente enquanto valor de troca.

O que se podia chamar de valor de uso na recepção dos bens culturais é substituído pelo valor de troca; ao invés de prazer, o que se busca é assistir e estar informado, o que se quer é conquistar prestígio e não se tornar um conhecedor (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 131).

Destarte, o prestígio está relacionado à hierarquia dos produtos, os quais são destinados a cada um dos “níveis” das classes sociais? O que ocorre na sociedade da produção em massas é uma oferta de mercadorias, nas quais os indivíduos creem serem livres para escolher. É uma escolha dentre aquilo que foi predeterminado para cada padrão de consumidor. Adorno descreve o problema como, “O investimento libidinal no valor de troca não é nenhuma transubstanciação mística. Ele corresponde à atitude do prisioneiro que ama sua cela, pois não lhe é permitido amar outra coisa” (ADORNO, 2020(A1), p. 69). Nesse sentido, o problema se apresenta da seguinte maneira: são ofertados aos indivíduos produtos culturais, os quais seguem determinados padrões de consumo, sejam estilos de vida, seja uma hierarquização dos produtos. São destinados às classes sociais as quais os indivíduos estão inseridos. E esses, por sua vez,

satisfazem-se naquilo que consomem, tanto por ser a única possibilidade de satisfação, de felicidade, quanto pela realização no próprio consumo em si, confirmando-se em sua escala, na ampla hierarquia das classes sociais.

Se voltarmos a pensar, aqui, sobre o aspecto ideológico do problema, a saber, “um processo responsável pela própria formação da consciência social” (COHN, 1986, p. 11. *apud*. CANIATO; RODRIGUES, 2012, p. 234), então, o fetiche da mercadoria é o responsável por manter a engrenagem em movimento. Ou seja, a mercadoria cultural inculca maneiras de comportamento aos indivíduos, mas não somente isso, ela corrobora a consolidação de uma consciência, na qual o indivíduo é levado a crer que a forma de satisfação a qual ele está buscando, apenas pode ser satisfeita no consumo. Pois, a consciência social é formada pelos dispositivos de mídia, os quais levam o indivíduo à conformação enquanto exerce o papel de consumidor.

Podemos aqui, nesse último momento, estabelecer uma conexão entre o que foi dito com as análises do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, no tangente ao debate sobre a análise do curso do capitalismo de monopólio? Sabemos que Marcuse estabelece uma análise aproximada a de Neumann, ao propor seu “Estado-máquina”⁵, o qual condiz apenas com a mobilização total dos indivíduos para sua dominação e exploração econômica, descartando o papel da lei, bem como, os axiomas do Estado moderno; em suma, apropriação do Estado para dominação, justamente para garantir atingir os objetivos de poder. Por outro lado, Adorno e Horkheimer aproximam-se das análises de Pollock, referente ao capitalismo de Estado. Pollock percebe um sistema político que se sobrepõe ao econômico, com planejamento sobre a produção e distribuição de mercadorias. Nessa conta, o Estado pode aparecer hora com uma face democrática, hora totalitária.

A expressão capitalismo de Estado [...] poderia ser entendida para denotar uma sociedade na qual o Estado é o único proprietário de todo o capital [...]. Apesar disso, esta expressão indica quatro itens melhor do que todos os outros termos sugeridos: que o capitalismo de Estado é o sucessor do capitalismo privado, que o Estado assume funções importantes do capitalista privado, que o interesse de lucro ainda desempenha uma função significativa e que este não é socialismo. Nós definimos “capitalismo de Estado” em suas duas variedades mais típicas, sua forma totalitária e sua forma democrática, como uma ordem social que difere [...] do “capitalismo privado” do qual historicamente procede [...] (POLLOCK, 2019, p. 90).

⁵ Cf. Kellner: “O 'Estado-máquina' fascista resultante é direcionado para a expansão capitalista, e prometendo recompensa e prestígio àqueles que se submeterem aos seus ditames e perseguirem seus objetivos” (KELLNER, 1999, p. 34). Cf. Marcuse, “O Estado - uma máquina [...] Esta máquina, que abrange a vida de homens em toda parte, é a mais aterradora, uma vez que, com toda sua eficiência e precisão, é totalmente incalculável e imprevisível [...] O nacional-socialismo apresenta seu Estado como regra pessoal de certas figuras poderosas; na realidade, porém, as pessoas sucumbem aos mecanismos do aparato” (MARCUSE, 1999, p. 119).

A obra *Dialética do Esclarecimento* é escrita como uma resposta de Adorno e Horkheimer a Pollock, apesar de não concordarem completamente com a visão deste último sobre a dualidade do capitalismo de Estado. Conforme escreve Catalani:

O debate em torno da interpretação do nacional-socialismo e de sua estrutura econômica muitas vezes rodava em torno do sentido da violência. A tese de Pollock a respeito do “capitalismo de Estado” significava que “o açoite do desemprego é substituído pelo terror político” [...], isto é basicamente, que a dominação impessoal (econômica) havia sido substituída pela dominação pessoal direta (política). A interpretação era certamente equivocada (Adorno nunca chegará a aderir totalmente à leitura pollockiana, que no limite comprometeria a própria ideia de contradição e de dialética): trata-se antes de constatar que essa violência imediata política não *substitui* a violência impessoal do valor (fundamento do capital), mas é antes, inseparável desta [...] (CATALANI, 2020(B), p. 16. Nota de rodapé Nº 11).

Nesse curso, a visão dos filósofos diverge da análise de Pollock, quando ambos estão pensando o capitalismo de Estado enquanto equivalente de um Estado autoritário. Ou seja, tanto em sua versão democrática, como na versão totalitária, o Estado continuará a implementar a violência nos indivíduos, seja pela forma das relações de produção em curso, quanto — e principalmente — pelo consumo das mercadorias culturais; as quais, impõem ao indivíduo a maneira de comportar-se em sociedade, inculcando a moralidade do *status quo*. Além de seus efeitos intelectuais, como perda de uma perspectiva crítica. Como apontado por Horkheimer, em seu texto *The Authoritarian State*: “o capitalismo de Estado é o Estado autoritário do presente” (HORKHEIMER, 1978, p. 116). A máxima de Horkheimer, nesse texto, expressa a visão compartilhada com Adorno, ao escreverem a *Dialética do Esclarecimento*⁶. Mesmo em sua vertente de Estado de bem-estar, os filósofos criticam essa noção, pois presta auxílio ao conformismo e a manutenção do capital. Ambos estão pensando em um sistema, que em última análise violenta de forma sutil aqueles que se submetem.

Assim como o Pato Donald nos cartoons, assim também os desgraçados na vida real recebem a sua sova para que os espectadores possam se acostumar com a que eles próprios recebem. O prazer com a violência infligida ao personagem transforma-se em violência contra o espectador, a diversão em esforço (ADORNO, 1985, p. 114).

⁶ Cf. Virginia Helena, “[...] de forma mais próxima do texto de Horkheimer, DdA (*Dialética do Esclarecimento*) trata da expansão da forma mercadoria na cultura, de modo a constituir uma administração total da sociedade, expansão essa que só seria possível mediante acordos entre grandes empresas, com seus monopólios econômicos, e o Estado. Mais do que apontar qual dentre ambos – a esfera política ou a econômica –, em última instância, determinaria a sociedade, entendemos que nenhuma organização político-econômica seria tão totalitária caso não houvesse uma verdadeira união dos conglomerados econômicos com o poder político” (2019, p. 133).

Conclusão

Em suma, os filósofos estão pensando em um aparato cultural que foi englobado pela racionalidade industrial, responsável pela dominação dos indivíduos. Independentemente de sua forma democrática ou totalitária, o Estado permanece na visão de Adorno e Horkheimer, como um aparato de coerção (por vezes, até mesmo suporte) do capitalismo, coerção esta que é posta em curso pela indústria cultural. Pelo lado de Marcuse, o aspecto do problema parece não variar tanto, o “Estado-máquina” enquanto um aparelhamento do mesmo, e dissolução dos pilares que compõem o Estado, parecem estar em perfeita harmonia com a mobilização total. Nesse ponto, a visão de Marcuse converge com a de Adorno e Horkheimer, pois, tanto a mobilização total quanto a indústria cultural, são descrições da maneira que o *status quo* manipula a cultura, através da administração que lhe é imposta. A cultura administrada auxilia a manipulação das massas, para inculcá-las uma forma de comportamento e consciência, totalmente alinhada com os interesses das classes dominantes.

Referências

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista. Em: _____. *Ensaio Sobre Psicologia Social e Psicanálise*. Tradução: Verlaine Freitas. 1º Edição. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

_____. Sobre o Caráter Fetichista na Música e a Regressão da Audição. Em: _____. *Indústria Cultural*. Tradução: Vinícius Marques Pastorelli. São Paulo: Ed. Unesp, 2020(A1).

_____. Cultura e Administração. Em: _____. *Indústria Cultural*. Tradução: Vinícius Marques Pastorelli. São Paulo: Ed. Unesp, 2020(A2).

_____. *Resumé sobre indústria cultural*. Em: _____. *Sem Diretriz: Parva Aesthetica*. Tradução: Luciano Gatti. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CATALANI, Felipe. Apresentação à Edição Brasileira. Depois da Meia-noite no século: Adorno e as Análises do Fascismo. Em: _____. *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*. Tradução: Felipe Catalani. São Paulo: Ed. Unesp, 2020(B).

COHN, G (org.). *Theodor W. Adorno: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. “*A Personalidade Autoritária*”: *Antropologia Crítica e Psicanálise*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Filosofia, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-09082019-123842/publico/2019_VirginiaHelenaFerreiraDaCosta_VCorr.pdf> Acesso em: 22 de Julho de 2021.

CROCHIK, J. L. A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. *Psicologia USP*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 141-154, 1990. DOI: 10.1590/S1678-51771990000200005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34428>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

DUARTE, R. Indústria Cultural 2.0. *Constelaciones. Revista de Teoría Crítica*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 90–117, 2016. Disponível em: <<http://constelaciones-rtc.net/article/view/750>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DUARTE, R. “Diferenças na concepção do estético em Marcuse e Adorno”. In: KANGUSSU, I. et al. (org). *Sobre Marcuse*. Congresso Internacional Dimensão Estética. Homenagem aos 50 anos de Eros e civilização. Belo Horizonte, Brasil, 17-20, maio de 2005.

HORKHEIMER, Max. The Authoritarian State. In: *The Essential Frankfurt School Reader*. Edited by: Andrew Arato, Eike Gebhardt. New York: Urizen Books, 1978.

KELLNER, Douglas. Introduction. Em: MARCUSE, Herbert. *Art and Liberation: Collected Papers of Herbert Marcuse*. Vol. 4. Edited by Douglas Kellner. New York: Routledge, 2007.

KELLNER, Douglas. Prefácio. Em: _____. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução: Maria Cristina Vidal Borba; São Paulo: Ed. Unesp. 1999.

_____. Estado e Indivíduo Sob o nacional-socialismo. Em: *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Edição: Douglas Kellner. Tradução: Maria Cristina Vidal Borba; São Paulo: Ed. Unesp. 1999.

_____. Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura. Em: *Cultura e Sociedade*. Vol. 1. Tradução: Wolfgang Leo Maar; Isabel Maria Loureiro; Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1997.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital*. Tradução: Rubens Enderle. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

RODRIGUES, Samara Megume; CANIATO, Angela Maria Pires. Subjetividade e indústria cultural: uma leitura psicanalítica da cumplicidade dos indivíduos com a lógica da mercadoria. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*. Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 227-246, ago. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682012000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 jul. 2021.

POLLOCK, Friedrich. “Capitalismo de Estado: Suas possibilidades e limitações” (1941). Em: *Crise e Transformação Estrutural do Capitalismo* [recurso eletrônico]. *Revista do Instituto de Pesquisa Social*, 1932-1941. Organização: Amaro Fleck, Luiz Phillipe de Caux. Florianópolis: NEFIPO/CFH/UFSC, 2019. Disponível em: <<http://www.nefipo.ufsc.br/files/2019/09/Crise-e-transforma%C3%A7%C3%A3o-Friedrich-Pollock.pdf>> Acesso em: 19 de Julho de 2021.

Recebido em: 02/09/2023.

Aprovado em 14/12/2023.